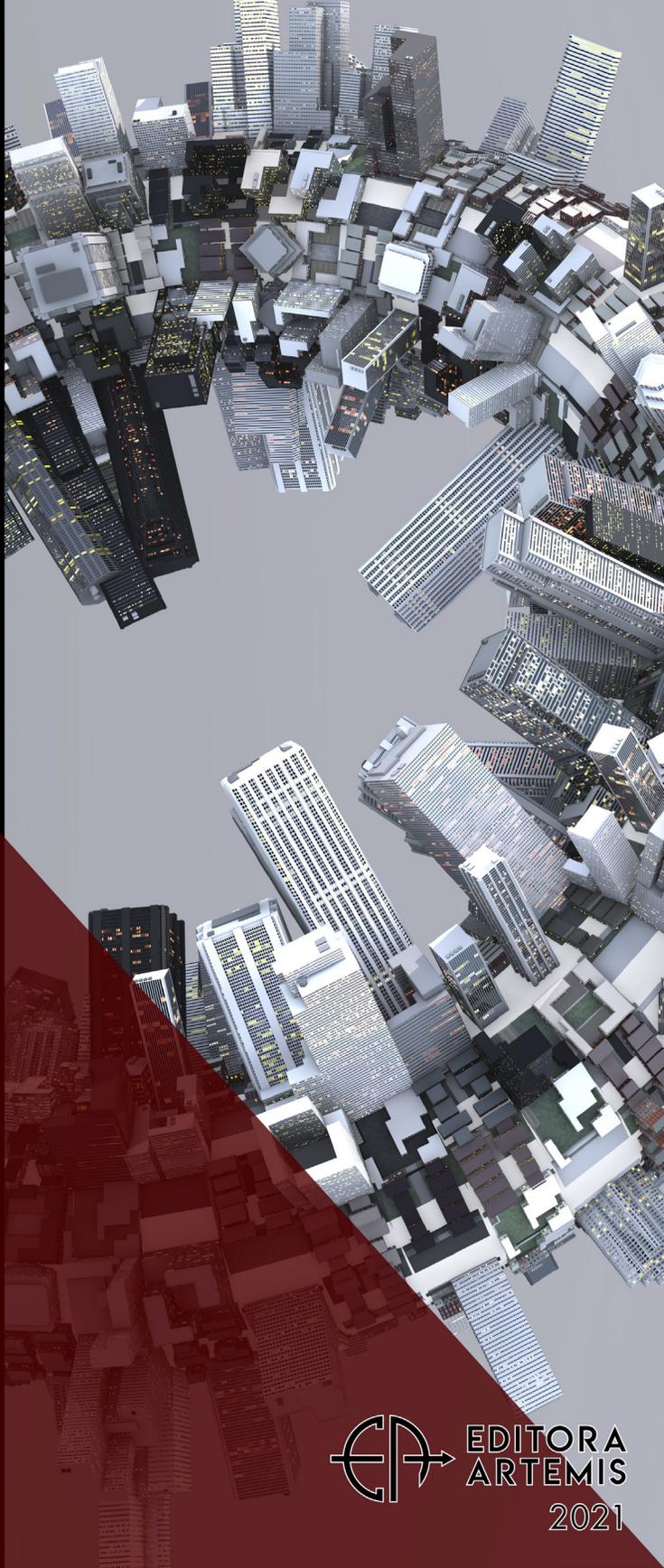


PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

ASPECTOS HUMANOS
E SOCIOAMBIENTAIS

SARA SUCENA
[ORGANIZADORA]



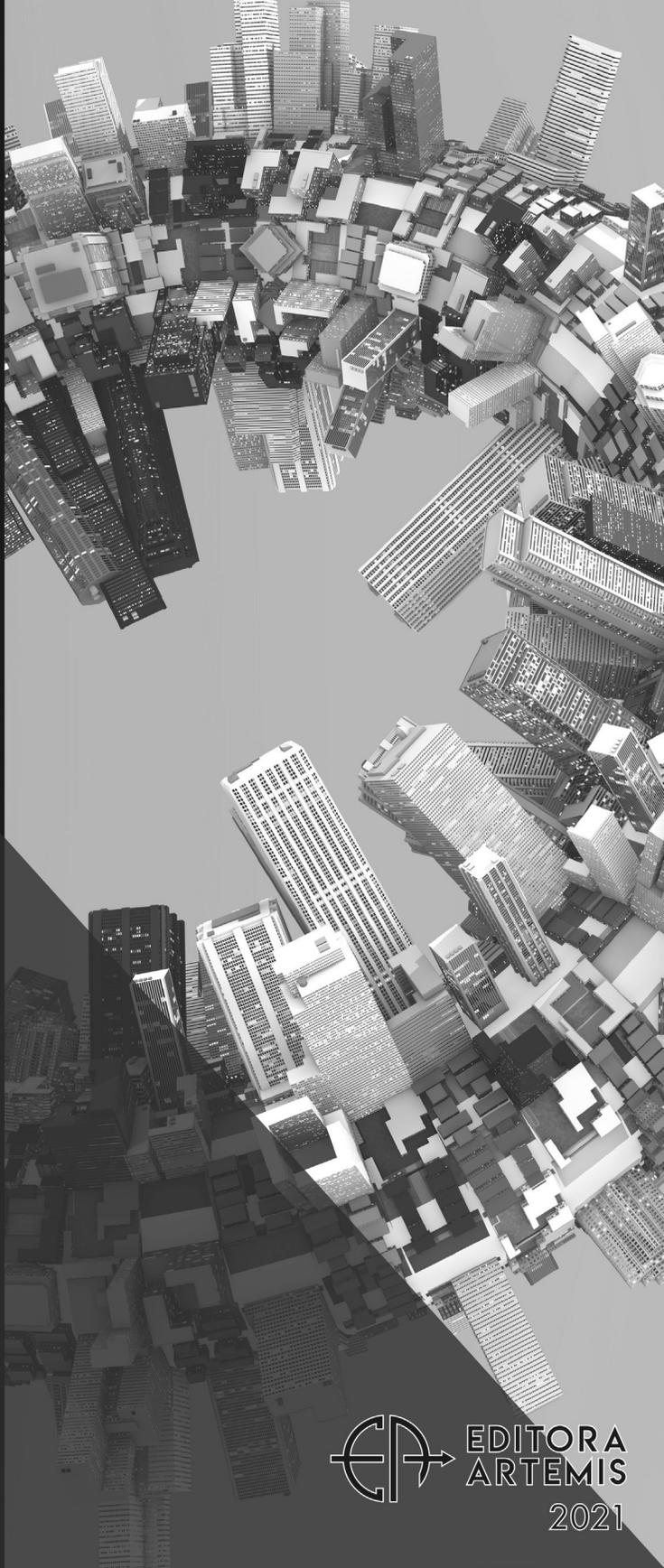
EDITORA
ARTEMIS

2021

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

ASPECTOS HUMANOS
E SOCIOAMBIENTAIS

SARA SUCENA
[ORGANIZADORA]



EDITORA
ARTEMIS

2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadora	Prof. ^a Dr. ^a Sara Sucena
Imagem da Capa	stylephotographs
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Carlos III de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, *Universidade de São Paulo*
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, *Universidade Federal de Roraima*
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro*
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, *Instituto Politécnico da Guarda, Portugal*
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, *Universidade São Francisco*
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ivan Amaro, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*



Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
 Prof.^a Dr.^a Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.^a Dr.^a Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
 Prof.^a Dr.^a Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.^a Dr.^a Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
 Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P712 Planejamento urbano e regional [livro eletrônico] : aspectos humanos e socioambientais / Organizadora Sara Sucena. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.
 Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-87396-40-8
 DOI 10.37572/EdArt_150821408
 1. Planejamento regional. 2. Planejamento urbano – Brasil.
 I.Sucena, Sara.

CDD 711.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: ASPECTOS HUMANOS E SOCIOAMBIENTAIS

A disciplina de Planeamento territorial – independentemente da escala e da geografia em que se foque – está hoje, talvez mais do que nunca, em questão. As vivências urbanas sob o contexto pandémico do último ano, e o seu efeito no agravamento da desconfiança que a palavra “planeamento” vem gerando, põem-na genericamente em causa. O sentimento não é especificamente atinente a este campo de estudo, pois que globalmente as várias áreas do conhecimento estão a ser chamadas ao questionamento de premissas, valores e instrumentos. É a consequência dos tempos actuais, poder-se-á dizer. No entanto, mais do que outras, esta nossa disciplina é por ele afectada já que assenta de modo essencial no acto de *planear*, de programar o uso do solo por antecipação das dinâmicas de vida social, de desenhar o/um futuro para um determinado horizonte temporal. E este é dominado pela sensação de *incerteza*. Parece, pois, desaparecer a sua razão de existência na proporção da diminuição das “certezas”, o pressuposto que originalmente fundamentava a disciplina e garantia a materialização do *plano* em correspondência com elas. Urge então um renovado nexu disciplinar, o qual se vem construindo pela recusa de abandonar o compromisso com a sociedade e suspender a responsabilidade de idealizar e criar soluções que melhorem as condições de vida da(s) comunidade(s).

O conjunto de textos que integra o presente livro denota bem a amplitude de uma dinâmica/prática disciplinar que pesquisa vários caminhos de resposta na senda de um progresso cujo sentido ainda se tateia. Os tópicos são diversos, como as estratégias de discussão, oscilando entre o pragmatismo e a maior abstracção. Também diversa é a geografia de filiação dos autores e a que referencia a investigação apresentada (Argentina, Brasil, Cuba, México, Panamá, Portugal), assim se provando a transversalidade daquela procura. Nenhuma se dirige especificamente ao contexto pandémico actual, mas todas discutem temas do século XXI, envolvendo os *aspectos humanos e socioambientais* de que depende a nossa subsistência no planeta. Questionando e implicando o território urbano à escala da cidade/região, respondem à chamada para repensar e actualizar a disciplina – nos temas, nos processos, nas ferramentas. O título do livro reflecte estes ensejo e desafio colocados ao Planeamento Urbano e Regional.

A divisão dos capítulos segundo dois argumentos – “Urbanização e Recursos Naturais” e “Urbanização e Formas de Ocupação” – interpreta a “urbanização”, o tópico comum, como um *processo* geral onde a edificação e a infra-estruturação estão implicadas,

sem haver referência específica ao seu resultado formal. É neste enquadramento que se distinguem (nem sempre facilmente), por um lado, os trabalhos cuja essência é o foco na transformação dos recursos naturais/ambientais envolvidos na urbanização, e, por outro, aqueles que se fundamentam na indagação dos artefactos materiais (e.g. morfologias, etc.) produzidos no âmbito dos processos de urbanização.

A organização da obra, necessariamente subjectiva, propõe um princípio de leitura. Poderia ser outro. Se o leitor abrir o livro ao acaso e optar por esse distinto princípio de leitura, o seu título e âmbito estarão igualmente em consonância.

Sara Sucena

SUMÁRIO

URBANIZAÇÃO E RECURSOS NATURAIS

CAPÍTULO 1..... 1

INTERACCIONES ENTRE PROCESOS EROSIVOS Y ACTIVIDAD ANTROPO-FAUNÍSTICA EN LAS SIERRAS DE BRAVARD Y CURAMALAL Y PIEDEMONTES ALEDAÑOS, PROVINCIA DE BUENOS AIRES

Juan Manuel Susena

Rodolfo Osvaldo Gentile

DOI 10.37572/EdArt_1508214081

CAPÍTULO 2..... 21

PROCESOS DE REMOCIÓN EN MASA E IMPLICACIONES AMBIENTALES (PARTIDO DE TANDIL, PROVINCIA DE BUENOS AIRES)

Rodolfo Osvaldo Gentile

Juan Manuel Susena

DOI 10.37572/EdArt_1508214082

CAPÍTULO 3..... 41

EFICIÊNCIA NO TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO POR SISTEMA ALTERNATIVO BASEADO POR *WETLAND*

Ariston da Silva Melo Júnior

Kleber Aristides Ribeiro

Abrão Chiaranda Merij

Leonardo Gerardini

DOI 10.37572/EdArt_1508214083

CAPÍTULO 4..... 57

ANÁLISE GEOSSISTÊMICA DO USO DO SOLO E TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE DO PERÍMETRO URBANO DE MARABÁ

Marley Trajano Lima

João Donizete Lima

DOI 10.37572/EdArt_1508214084

URBANIZAÇÃO E FORMAS DE OCUPAÇÃO

CAPÍTULO 5.....70

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE A CAMINHABILIDADE EM CAMPI UNIVERSITÁRIOS

Otávio Henrique da Silva
Caio Augusto Rabello Gobbo
Luiz Paulo Vieira de Araújo Júnior
Suely da Penha Sanches

DOI 10.37572/EdArt_1508214085

CAPÍTULO 6..... 83

ÍNDICE DE PERFORMANCE DAS CALÇADAS

Otávio Henrique da Silva
Taiany Richard Pitilin
Paula Polastri
Suely da Penha Sanches
Generoso de Angelis Neto

DOI 10.37572/EdArt_1508214086

CAPÍTULO 7..... 96

LA FORMA URBANA Y SU IMPACTO EN EL ABANDONO DE LAS VIVIENDAS. SOLUCIONES AL DISEÑO URBANO DEL FRACCIONAMIENTO LAS HACIENDAS EN CIUDAD JUÁREZ, CHIHUAHUA, MÉXICO

Leticia Peña-Barrera
Judith Gabriela Hernández-Pérez

DOI 10.37572/EdArt_1508214087

CAPÍTULO 8.....112

LA VIVIENDA PROPIA COMO FACTOR DE ÉXITO

Gabisel Barsallo Alvarado

DOI 10.37572/EdArt_1508214088

CAPÍTULO 9..... 121

PARCERIAS E COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS - UMA ESTRATÉGIA PARA URBANIZAÇÃO DE ÁREAS COM OCUPAÇÃO DESORDENADA

Henrique Dinis

DOI 10.37572/EdArt_1508214089

CAPÍTULO 10.....134

A METÁFORA DO HIPERTEXTO E A PAISAGEM DA URBANIZAÇÃO EXTENSIVA.
ENSAIO EM PROL DE UMA NOVA RACIONALIDADE

[Sara Sucena](#)

DOI 10.37572/EdArt_15082140810

CAPÍTULO 11..... 150

PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA
CIUDAD DE SÃO PAULO

[Denise Gonçalves Lima Malheiros](#)

DOI 10.37572/EdArt_15082140811

CAPÍTULO 12163

“DE UN MAESTRO PARA UN MAESTRO”

[Ada Esther Portero Ricol](#)

[Maritza González Moreno](#)

DOI 10.37572/EdArt_15082140812

SOBRE A ORGANIZADORA..... 172

ÍNDICE REMISSIVO 173

CAPÍTULO 9

PARCERIAS E COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS - UMA ESTRATÉGIA PARA URBANIZAÇÃO DE ÁREAS COM OCUPAÇÃO DESORDENADA

Data de submissão: 31/05/2021

Data de aceite: 18/06/2021

Henrique Dinis

Universidade Presbiteriana Mackenzie
EE Civil

São Paulo - São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/2676157952346524>

RESUMO: Ao se analisar certas estruturas econômicas, hoje dominantes, como exemplo, a flexibilização dos meios de produção e a descentralização nas decisões empresariais, se alega sua origem ao início da Globalização. Para conseguir maior competitividade, as grandes economias mundiais iniciaram um período por buscas de melhores condições de produtividade, que variaram desde investimentos em tecnologias do produto e gestão empresarial, até a otimização dos parques industriais. Ocorreu, de imediato, um aprofundamento no processo de desconcentração industrial, como vinha já ocorrendo a algumas décadas. Como consequência, desenvolveu-se, nas grandes cidades, postos de trabalho de alta especialidade, voltados à tecnologia da informação, inovação e assessoria ao desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, gerando novas formas de

emprego e contratação de serviços, como também de alocação dos espaços de trabalho e uso de equipamentos. Em todo o Mundo este processo foi intenso, não tendo sido diferente com o Brasil, mesmo que tardio, mas diferentemente, houve perdas de emprego sem relocação, o que levou ao agravamento da ocupação das periferias. Este trabalho avalia a evolução deste processo no Brasil, mas especificamente na cidade de São Paulo, e o reflexo destas transformações para o surgimento de práticas relacionadas aos conceitos de economia compartilhada, mais especialmente, os que se referem ao compartilhamento de recursos, como humanos, espaços, equipamentos e conhecimento e, como os governos municipais podem tirar proveito destes conceitos para resolver problemas de urbanização em áreas de ocupação precária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Compartilhada. Recursos Compartilhados. Urbanização.

**PARTNERSHIPS AND RESOURCES
SHARING - AS A STRATEGY FOR
URBANIZATION OF AREAS WITH
UNCONTROLLED OCCUPATION**

ABSTRACT: Analysing certain economic structures dominant today, as examples the flexibility of the means of production and decentralization in business decisions, supposing this date the beginning of

globalization. The major world economies began a period for search of best conditions of competitiveness, as example investment in product technology and business management, as also optimization of industrial parks. Immediately, occurred an accelerated development in industrial decentralization process as already seen in some decades. The execution of the process occurred with the advancement of telecommunication, data processing and greater effectiveness in transport infrastructure. In the big cities, developed jobs of high speciality at information technology, innovation and the development of new products, with new labour division, creating a new form of employment and services. Worldwide this process was intense and no different was in Brazil, even that occurred late, but differently, there were job losses without relocation, which led to an increase in the occupation of areas the peripheries. This work evaluates the progress of this process in Brazil, specifically in the city of São Paulo, and their transforms consequences to bring up practices related to the concepts of sharing economy, or especially, with respect to the sharing of resources, humans, spaces, equipment and knowledge, and how municipal governments can take advantage of solving urbanization problems in areas of precarious occupation.

KEYWORDS: Sharing economy. Resources sharing. Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica de vários setores relacionados à economia foi muito marcante ao longo de todo o século XX, destacando-se as várias transformações nos transportes, comunicações, meios de produção industrial e tecnologia do produto, incluindo a eletrônica e o surgimento dos computadores. No entanto, foi a partir da Globalização que se verificou um acelerado desenvolvimento tecnológico, ainda em curso, envolvendo as altas tecnologias, informática e internet, que cada vez mais, vêm transformando as funções no trabalho, tipos de emprego e as relações trabalhistas, de forma geral. Neste contexto, para fazer frente à competitividade, iniciou-se um período de busca por melhores condições de produtividade, que variaram desde investimentos em tecnologias do produto e gestão empresarial, até a otimização dos próprios parques industriais (DINIS, 2019).

Como decorrência, o deslocamento das grandes indústrias, que vinha já ocorrendo desde as últimas duas décadas, foi intensificado, na tentativa de minimizar custos com transportes, mão de obra e outros fatores desfavoráveis, típicos das grandes metrópoles. Em contrapartida, nas grandes cidades, desenvolveram-se postos de trabalho de alta especialidade, voltados especialmente à tecnologia da informação e comunicações, que ampliaram as possibilidades de internacionalização e gestão empresarial das empresas, a partir das transações em tempo real, favorecendo a aceleração deste processo (HARVEY, 1992).

Aprofundou-se, então, o processo de desconcentração industrial, que implicou em um novo modelo de organização da produção, onde a antiga linearidade do processo, que levava a grandes plantas industriais e a reunir fisicamente todas as etapas de comando e produção, já não era mais um pré-requisito de produtividade e eficiência. Com o avanço da tecnologia da informação, advento da internet e maior efetivação na infraestrutura de transportes, rompeu-se a necessidade da proximidade física entre os setores de decisão com os de produção, possibilitando então as transformações em curso (CASTELLS, 1999).

As grandes cidades passaram então a sofrer uma gradativa alteração em sua estrutura produtiva, direcionando-a para o Setor Terciário Superior. Parte dos empregos perdidos no setor industrial fora substituída pelo de serviços, mas com categorias funcionais diferenciadas das que existiam anteriormente, privilegiando os serviços mais especializados e mais bem remunerados (ROLNIK, 2001).

Este fenômeno teve como principal consequência, a reestruturação da divisão do trabalho, estabelecendo um novo patamar para as atividades e concentração de funções. Passaram a ter maior preponderância as atividades ligadas aos serviços do chamado Terciário Superior, voltadas à informática e às funções que envolvem o ramo financeiro e outros setores direcionados à gestão e inserção das empresas nas redes mundiais de comunicação e alta tecnologia (RIBEIRO, 2000).

As cidades que se enquadram neste contexto, as chamadas cidades globais, estabelecem um novo conceito histórico no que diz respeito à estruturação econômica, social e espacial resultante. O processo de transformação, que tem início com a desconcentração industrial, sofre um ajuste em sua base econômica após um período de estagnação, em função da adequação aos novos padrões tecnológicos e de cooperação. Como resultado, decorre uma nova localização espacial de algumas indústrias, em especial as pesadas, com conseqüente alteração do perfil do emprego industrial e diminuição da população empregada (MARCONDES, 1999).

A evolução deste quadro veio ocorrer principalmente com o avanço da tecnologia da informação, internet e das altas tecnologias, que levaram a um crescente nível de automação na produção industrial, ocasionando crescentes perdas de postos de trabalho na indústria e, posteriormente, verificado também nas áreas correlacionadas, como os setores administrativos, gerenciais, comerciais, entre outros (ARAUJO, 2001).

Assim, se para os países centrais as transformações foram difíceis, com adaptações na divisão e postos de trabalho, para os países periféricos, as transformações não foram plenas. Deparam-se estes, no enquadramento a este novo modelo, com o atendimento a todas as novas relações funcionais de trabalho, porém, sem que tenha havido acesso a toda população.

Até algumas décadas atrás, ao se constatar os avanços da automação nos meios de produção, acreditava-se que o aumento de produtividade causado pelas novas tecnologias reduziria os custos dos produtos, o que faria intensificar a economia, em função do aumento do poder de compra, e desta forma, se restabeleceria a perda dos postos de trabalho ocorrida com a automação (RIKFIN, 2005). No entanto, o processo não foi pleno e abrangente, muitas colocações funcionais não foram restabelecidas, como tão pouco substituídas.

Encontra-se, então, diante deste cenário de um futuro incerto, às margens deste contexto econômico, uma grande massa da população, constituída das pessoas menos favorecidas, que mais que perderam suas colocações funcionais, mas sim, seus próprios empregos. Essa problemática torna-se ainda mais grave, em países como o Brasil, ao se verificar a existência já anterior de parte da população, sem emprego, ou subempregada, mais ainda, ao se considerar a parcela que ainda nem ao menos entrou no mercado de trabalho (DINIS, 2019).

Neste contexto, a população das periferias das grandes cidades, em parte sem emprego, e mesmo quando os mantendo, mas agora distantes dos locais de trabalho, tendo em vista o deslocamento das grandes indústrias para regiões menos adensadas, ao lado de grandes rodovias, acabam por abandoná-los. Verifica-se, assim, um favorecimento de cidades próximas às rodovias, em detrimento de grandes cidades, onde se perderam os empregos menos categorizados, que atendiam às populações periféricas, agora excluídas.

Se levado o problema ao nível do poder público municipal, assistiu-se a uma ruptura da anterior distribuição do PIB municipal, agora ainda mais concentrado nas regiões mais centrais das cidades, em torno das centralidades de negócio. De um lado, se tem efetuado grandes investimentos em infraestrutura urbana nestas centralidades, para assegurar o PIB municipal, por outro, o poder público municipal se vê cada vez mais impotente em atender ao crescente descompasso das regiões periféricas da cidade.

Diante deste quadro, apresentam-se algumas reflexões e questionamentos: A que ponto a automação nas indústrias virá substituir os postos de trabalho humano? O emprego, na forma de jornada semanal de trabalho, irá terminar? A população sem emprego formal irá se adaptar aos novos padrões de trabalho e renda? A economia colaborativa, mesmo que traduzida ao modelo econômico e financeiro vigente, irá se adequar à economia de mercado? O poder público municipal conseguirá atenuar as carências em suas periferias com investimentos significativos em infraestrutura? Este trabalho busca debater estas questões, trazendo à tona reflexões sobre a evolução de um Mundo cada vez mais sem empregos. Através de contextualizações históricas,

constatações e suposições futuristas, procura-se evidenciar possíveis formas de atuação governamental em ações na periferia das grandes cidades.

2 AS TECNOLOGIAS: O AVANÇO DA ECONOMIA COLABORATIVA

Segundo López (2017), economia colaborativa, *sharing economy*, trata-se de um conjunto heterogêneo de trocas entre meios de produção e consumo, por aqueles que compartilham bens e serviços, envolvendo ou não valores financeiros, valendo-se de plataformas digitais, em particular, a internet. Englobam muitos modelos de negócio, assumindo assim, uma definição bem ampla, podendo referir-se a transações entre particulares, modelos econômicos baseados no aluguel ou uso compartilhado, ou acesso a plataformas que cruzam ofertas e demandas, cobrando uma taxa pela transação.

Algumas definições são mais enfáticas ao associar o termo a práticas recentes, que envolvem três agentes implicados: pessoas, que efetuam as trocas ou compartilham um bem ou serviço; uma plataforma, que conecta e atua como facilitador da transação; e um provedor de serviços, geralmente de internet, considerado o meio de comunicação; Como exemplo, a UBER trata-se de uma conjunção que potencializa um negócio pautado na possibilidade de juntar proprietários de automóveis dispostos para trabalhar em transporte individual, disponibilizando o próprio veículo, voltado para clientes que desejam se locomover por transporte individual de forma fácil e econômica, controlados e organizados por uma plataforma.

Define-se, também, neste sentido, a ideia de consumo colaborativo, como apresentado por Botsman (2010), como sendo um sistema em que as pessoas dividem recursos entre si, sem que para isto tenham que abrir mão de liberdades pessoais significativas, ou sacrificar seu estilo de vida. Neste sentido, a internet e as redes sociais têm uma função central na criação e no compartilhamento de ideias, projetos e produtos. Diversos sistemas de consumo colaborativo podem ser identificados, como: carona solidária, permuta e trocas de bens, compartilhamento de terras, de espaços de trabalhos, de equipamentos, dentre outros, formando uma ideia básica para o termo “recursos compartilhados”.

Assim, o consumo colaborativo diferencia-se do termo consumo, como é simplesmente aplicado, por não envolver a aquisição de bens, sua posse, como também não exige, a responsabilidade sobre seu descarte. Procura-se evitar, desta forma, a condição de ociosidade na utilização do bem ou serviço, relativamente ao não esgotamento da sua capacidade plena.

Relativamente, ao conceito econômico que traz o termo consumo colaborativo, ao que transparece, trata-se da questão de abdicar do direito de propriedade em função do

mero acesso ao bem, ou recurso, na medida da necessidade, assim se coloca exatamente a ideia de “recursos compartilhados”.

A economia colaborativa precede a internet, tendo se desenvolvido em várias situações em que o livre mercado trouxe alguma dificuldade para que produtores levassem seus produtos aos consumidores. Uma referência marcante no Brasil, de economia colaborativa, foram as cooperativas. Segundo NIFKIN (2016), as cooperativas são associações autônomas constituídas por pessoas, através de um comprometimento social amplo, ao invés de interesses próprios estreitos, destinando-se a operar como oferta de recursos comuns, sem fins lucrativos, para satisfazer as aspirações dos cooperados, econômicas ou de outras motivações. Desenvolveram-se, no Brasil, focando dois objetivos participativos, como hoje ainda se mantém, inclusive. O primeiro, o de constituir um empreendimento pelos cooperados, para compartilhar bens comuns, como equipamentos, edifícios, galpões, silos e, gestão de serviços, fornecedores e comercialização, objetivando criar economia de escala e reduzir custos para inserir produtos no mercado a um preço mínimo competitivo. Este modelo foi e ainda é muito utilizado na agricultura e pecuária, muitas vezes, inclusive, promovido pelas próprias empresas receptoras dos produtos, para seu beneficiamento. O segundo, o de reunir sócios para um empreendimento voltado ao abastecimento de produtos aos próprios cooperados. O agrupamento de muitos consumidores em cooperativas propicia também economia de escala para conseguir bons preços junto a fornecedores. Este segundo modelo se enquadrou bem para supermercados, habitação, entre outros.

A princípio, verifica-se que a economia colaborativa sempre existiu no rasteiro da economia de mercado, vindo agora a assumir nova dimensão, com a internet, onde cada vez mais pessoas encontram outras para compartilhar coisas. Fundamentalmente, pode-se afirmar que se baseia muito mais nas relações sociais que envolvem as pessoas, segundo suas necessidades, do que propriamente nas forças de interesse do mercado. Para SUNDARARAJAN (2016), a razão do termo economia de colaboração ter se tornado tão popular, vai além da mera disseminação de plataformas como Uber ou Amazon, na internet, mas sim, mais provável, por ter capturado um pouco do pensamento e do idealismo dos primeiros defensores do compartilhamento na economia. De certa forma, sugere o direcionamento, da impessoalidade do capitalismo, sem feições, do século 20, para relações de troca mais conectadas e incorporadas à comunidade, mais reflexivas de um propósito comum.

Aprofundando-se a questão, ao se compartilhar recursos e forças produtivas, em detrimento dos efeitos favoráveis da economia de escala e relevando a competitividade a um segundo plano, em nome de vantagens comparativas setoriais que segmentam

o mercado, se estará admitindo posturas colaborativas, em detrimento das próprias forças do mercado. Certamente, este consenso é uma estratégia difícil de se alcançar, colocando-se como questão principal: até onde residirá a lealdade ao se realizar uma troca destituída de interesses pessoais? O equilíbrio será difícil de ser obtido, tendo em conta, exatamente, os estritos interesses pessoais que envolve o mercado e tradições arraigadas na maioria das pessoas, sobre vantagens a serem obtidas nas negociações pessoais. Seria possível imaginar uma sociedade em que grupos de indivíduos cuidem de si mesmo, de sua vizinhança, de sua rua? Sem induzir a interesses pessoais? Que o poder público apenas venha se incumbir de relações que estejam acima das de vizinhança, como grandes avenidas, transporte de massas, etc.? Não faltam exemplos de grupos de pessoas que tenham alugado uma van para irem trabalhar ou estudar, como decorrência das dificuldades com o transporte público; ou uma unidade de vizinhança contratar uma empresa de segurança para vigia noturno; condomínios construírem e operarem seus próprios sistemas de coleta de esgoto. São exemplos de economia colaborativa, em que se estaria dando solução a problemas que afligem a várias pessoas, com a colaboração delas próprias. Nas dificuldades, usualmente, o pensamento converge ao sempre conceito político “Dever do Estado”, elegendo-o como o responsável por se ter que conviver com o desgosto de um problema, negando-se a assumi-lo.

De forma abrangente, Botsman (2010) define o termo economia compartilhada, como sendo um modelo de negócio ou de compartilhamento de bens, ou serviços, ou esforços, que contempla três possíveis tipos de sistemas:

- Recursos compartilhados: baseia-se no compartilhamento de recursos, por empresas ou particulares, para sua utilização, definindo-se como recursos: financeiros, bens, conhecimento, esforços de gestão, etc.
- Direito de acesso: ocorre quando o consumidor paga pelo uso e benefício do produto e não pelo produto em si. Tem como base o princípio de locação, arrendamento, cooperativismo.
- Reciclagem: quando um item usado é descartado e seu uso é reciclado para outro fim. Baseia-se no princípio do “reduza, re-use, recicle, repare e redistribua”.

3 AS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A ECONOMIA COMPARTILHADA

Os avanços da internet e tecnologia da informação fizeram com que muitos novos modelos de negócios surgissem, aproveitando-se das possibilidades de gestão e comunicação em tempo real. Na busca de margens cada vez menores e para aumentar a competitividade trazida com a globalização, passou-se a considerar, na formulação

de planos de negócios, decisões que envolvesse o custo de capitais. Sempre houve a consideração deste importante item na formulação dos custos, mas cada vez mais, foram se encontrando alternativas para reduzi-los (DINIS, 2019). Normalmente, as soluções mais factíveis de serem consideradas e que trazem retornos imediatos, referem-se à redução dos ativos através do compartilhamento de recursos, valendo-se para sua viabilização, dos avanços das tecnologias, que possibilitam gerir em tempo real, os complexos formados através de tais estratégias. Os principais ativos a serem eliminados são os equipamentos, instalações e imóveis, os que envolvem os maiores investimentos em capitais. Cada qual, já a algumas décadas, foram sendo eliminados dos ativos das empresas, à medida que se encontrou alternativas operacionais para substituí-los por soluções de compartilhamento.

A exemplo, o compartilhamento de equipamentos entre empresas de construção civil é uma das estratégias mais antigas e significativas em compartilhamento de recursos. A propriedade e o direito sobre o uso de equipamentos foram importantes até tempos atrás, na construção, enquanto poucas empresas tinham o privilégio possui-los, traduzindo tal privilégio em competitividade nos negócios. Com o crescimento da construção civil, tornou-se desvantajoso manter grandes capitais investidos em equipamentos, passando então as empresas a dispor de seus ativos e a locá-los, segundo a necessidade de cada obra, eliminando assim, o custo do capital investido e a ociosidade que havia, quando não estavam sendo utilizados.

Também, de forma geral, com a experiência em compartilhar recursos, a economia colaborativa foi absorvida e muito bem-sucedida, com a terceirização de grande parte dos subsistemas da obra. Inicialmente, com a subcontratação de partes distintas, como os projetos, fundações, terraplanagem e instalações, passando-se, posteriormente, a terceirizar também os serviços de edificação, propriamente, a exemplo, a confecção e montagens das formas; corte, dobramento e colocação de armaduras; revestimentos de fachadas e pintura. Muitas das grandes construtoras, praticamente, têm se tornado somente gestoras de seu negócio. Pode-se afirmar, em grande parte, que esta postura foi resultado das próprias contingências do negócio, como decorrência das incertezas do mercado da construção civil e da grande flutuação no ritmo das obras, ficando muito dispendioso manter, ociosos, equipamentos e equipes fixas de trabalho.

Atualmente, não só em grandes empreendimentos, mas mesmo em pequenas obras, na periferia, a economia colaborativa pode ser percebida, a exemplo: os mutirões para concretagem em obras de autoconstrução; a venda de armações e formas prontas em lojas de materiais de construção; o uso de aluguel de carretos em comunidades de periferia; o uso comunitário de equipamentos em geral; dentre outras.

Verifica-se, assim, que o compartilhamento de recursos tem sido utilizado para os mais variados formatos de negócios, investimentos ou mera aplicação em ações em empreendimentos gerais que fazem parte de uma sociedade específica.

4 EXPERIÊNCIAS DO SETOR PÚBLICO EM RECURSOS COMPARTILHADOS APLICADOS À URBANIZAÇÃO DE ÁREAS COM OCUPAÇÃO DESORDENADA

De forma geral, no Brasil, o fenômeno de urbanização mediante ocupações desordenadas vem se processando de forma acelerada e precária, em função de insuficientes políticas públicas de gestão e planejamento territorial, sobrepondo-se a problemas socioeconômicos. Como decorrência, com o crescimento populacional, esgotaram-se as possibilidades de assentamentos em áreas dotadas de infraestrutura, mesmo que mínima, o que levou à ocupação irregular de áreas vagas, de risco, como as margens de córregos, sujeitas a enchentes, ou as encostas, suscetíveis a deslizamentos. Tal ocupação normalmente ocorre sem uma ordenação geométrica, por meio de vielas, que por vezes assumem declividades muito acentuadas ou pequenas larguras. Tendo em vista a ocupação improvisada, em grande parte, o sistema natural de drenagem fica interrompido, sendo as águas desviadas para as vielas ou por caminhos mais íngremes, barrancos ou encostas naturais. A ausência de um sistema de drenagem, que conduza estas águas por leitos adequados, com superfícies em concreto, ou outras que resistam ao desgaste das águas, acaba-se produzindo fenômenos geológicos, como as erosões de taludes e assoreamentos de veios de água. Este é o foco deste trabalho. Considerando a temática completa relativamente à urbanização, outros aspectos da infraestrutura são também importantes, como o sanitário, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, mas que não se está aqui abordando.

A erosão é um fenômeno que pode ocorrer de forma superficial ou intersticial, pelo interior dos solos. No primeiro caso, a erosão causa desgaste dos solos superficiais, causando sulcos, que podem ocorrer junto às edificações, descalçando suas fundações. No segundo caso, com a água infiltrada no solo, pode causar deslocamentos e desmoronamentos de taludes, conhecidos popularmente como barrancos, que por sua vez, podem evoluir para um desmoronamento, muitas vezes colocando em risco as edificações que se encontram em sua base ou aquelas em seu topo, também (GERSCOVICH, 2012).

Estes problemas ocorrem de forma generalizada em áreas com ocupação desordenada, em especial, em regiões de encostas, denominados então, de riscos geológicos. A municipalidade, na maior parte das vezes, para lidar com o problema,

inicialmente, contrata empresas para realizar o mapeamento e a caracterização dos riscos geológicos, em função de sua gravidade. Ocorre, no entanto, que por tratar-se de problemas generalizados, encontra dificuldades em traçar uma estratégia para realização as obras. Ao se contratar uma empresa para realização dos projetos, se vê diante de um orçamento de obras não contemplado pelos seus poucos recursos financeiros.

No entanto, observando-se tais localidades, pode-se verificar ações que vêm já sendo realizadas, espontaneamente, pelos seus moradores, buscando minimizar estes riscos, de forma paliativa, como exemplo, colocar uma lona plástica sobre um talude, para minimizar o efeito da erosão; canaletas escavadas em locais estratégicos, para desviar fluxos de águas em caminhamento de risco; calçamento de parte de vielas com concreto, em locais de descida das águas, ou escadarias em locais de grande declividade; dentre outros. Estas obras, algumas de iniciativa individual, outras coletivas, já mostra o cooperativismo característico que formula a economia colaborativa nestas localidades. Para que se complete o ciclo, partindo das pessoas, já existentes e atuantes, faltaria introduzir, a atuar intermediariamente como facilitador da ação, no caso, um prestador de serviços, com capacitação para tal, e por fim, um provedor destes serviços, que estaria financiando a transação, a municipalidade.

Poderia parecer, ao que está se descrevendo, uma contratação de serviços, na sua forma convencional. No entanto, quer-se demonstrar, as estratégias em economia colaborativa e recursos compartilhados aplicáveis. Neste caso, a municipalidade se encontra em dificuldades para estabelecer uma estratégia de planejamento e ataque às obras, visando sua contratação, devido a multiplicidade de problemas consecutivos e intervenientes. No entanto, os moradores do local conhecem esta consecução e sabem bem quais as obras imprescindíveis para a minimização de riscos. Algumas destas obras, inclusive, já estão identificadas, como a lona plástica lançada sobre um talude por detrás da casa de algum morador. No caso, o morador já se colocou como facilitador, aguardando o terceiro elemento para fechar o ciclo, o provedor do serviço, a municipalidade. Esta pode, desde fornecer os recursos necessários para realizar o serviço, financeiros, ou eventualmente, os equipamentos e materiais necessários. Em se tratando de obra de maior vulto, se poderia, estrategicamente, formar grupos de moradores habilitados a executar tais serviços, utilizando, eventualmente, recursos municipais, ou equipamentos, a serem disponibilizados de forma compartilhada, para uso comunitário, como também, no fornecimento de materiais.

Se estaria assistindo aqui, a uma situação em se lidar com os problemas geológicos, antes que estes possam se agravar ao nível de colocar em risco a vida das pessoas, ou a consumir grandes montas de dinheiro público para sua estabilização.

Há inúmeros exemplos deste processo em ação, em muitos municípios de pequeno porte, onde a municipalidade simplesmente atende a solicitações de moradores, no fornecimento de materiais, ou mesmo na contratação de pequenas obras, por exemplo de fundações, para obras preventivas, visando reter a evolução dos riscos. Sugere-se, neste trabalho, uma evolução cultural nesta direção, certamente, que exigiria formulações e formatações a serem desenvolvidas com o próprio aprendizado da prática. Há que se colocar que tais ações são cabíveis somente para obras preventivas, já que os casos em que o risco geológico tenha já assumido maiores proporções, deve-se elaborar um projeto e se prever a execução da obra com acervo de responsabilidade técnica.

5 CONCLUSÃO

A economia colaborativa tem se mostrado uma estratégia econômica que vem cada vez mais crescendo no mundo contemporâneo, ocupando os espaços deixados pelo capitalismo, que tem seu foco na economia de escala e na competitividade, para redução das margens. Esta impessoalidade nas relações de troca faz com que as grandes corporações percam a conectividade com seus consumidores, tomando então espaço, as relações de colaboração, ao invés do mero interesse de obtenção de lucro.

Assim, é resultado não somente de fatores meramente econômicos, mas também do comportamento social, explorando nichos de mercado pautados na pessoalidade, no desejo das pessoas de pertencer a comunidades e por meio de uma abordagem mais altruísta, pautada em padrões de valores, como sustentabilidade, responsabilidade social, não desperdício, em reação ao mero consumismo e à impessoalidade das trocas tão característica da economia de mercado.

Verifica-se, ainda neste contexto, que deve existir uma economia de escala, ou seja, é necessário existir demanda e, ao mesmo tempo, capacidade excedente nas ofertas, para se conseguir cruzar a oferta com a demanda, mas possibilita, por outro lado, o acesso de pequenos produtores ao mercado, competindo diretamente com os grandes, que distribuem seus produtos para consumidores específicos, que desejam exatamente uma relação de troca mais diferenciada.

Mas, a economia colaborativa não se resume unicamente à internet, suas plataformas e tratamentos pessoais. Tem se realizado cada vez mais, feiras de inovação; mostras para inserção no mercado de produtos inovadores de pequenos empresários; espaços *maker*, como motivadores à criatividade, troca de conhecimento e autoprodução, ou seja, busca-se um mercado alternativo pautado na pessoalidade das trocas e compartilhamentos.

Na busca de saídas para competir com o grande capital, que lança no mercado produtos com preços cada vez menores, com baixíssimo valor agregado humano, uma saída é o compartilhamento de recursos, seja de bens, espaços, equipamentos, ou conhecimento, mas que possibilita a produção de produtos com margens praticamente zeradas. Aparecem assim, os conceitos que envolvem a economia colaborativa, como alternativa para produção com competitividade, com produtos dirigidos a pessoas que optam pela pessoalidade, mais preocupadas em ter acesso do que propriamente, a posse dos produtos.

Nesta tendência de cooperativismo, colaboração e ativismo, visando uma maior participação pessoal nas decisões, surge a possibilidade de colaboração entre o poder público e segmentos da população, que busca resolver seus próprios problemas, mas que necessita de assistência e recursos para tal. Neste contexto, a municipalidade, preocupada na solução de tais problemas, pode se tornar o provedor destas iniciativas, compartilhando recursos, ou mais propriamente, os meios para sua realização.

Verificamos, nas análises efetuadas, que a economia colaborativa trata-se de um modelo já muito utilizado e consagrado para superar eventuais deformidades na gestão da economia, vindo cada vez mais a tomar espaços em modelos já saturados de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. F. I. **Reestruturação Produtiva e Transformações Econômicas: Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, vol.15, 2001.

BOTSMAN, R; Rogers, R. **What´s mine is yours: the rise of collaborative consumption**. New York. HarperCollins, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DINIS, H. **Reconstruindo São Paulo: desenvolvimento econômico, transformações urbanas, novos centros**. São Paulo: Appris, 2019.

GERSCOVICH, DENISE. **Estabilidade de taludes**. Oficina de Textos: São Paulo, 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LÓPEZ, G. RIVERA, A. e CASSIDY, P. **La economía colaborativa y sus impactos sociales en la era del capitalismo digital**. En Cotarelo, R. y Gil, J., Ciberpolítica: gobierno abierto, redes, deliberación, democracia. Capítulo X. 2017.

MARCONDES, Maria Jose de Azevedo. **Cidade e Natureza, Proteção dos Mananciais e Exclusão Social**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

RIBEIRO, L. C. Q. **O futuro das Metrôpoles, Desigualdades e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIKFIN, J. **O Fim dos Empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo.** São Paulo: M.Books do Brasil, 2005.

____.____, **Sociedade com Custo Marginal Zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos, e o eclipse do capitalismo.** São Paulo: M.Books do Brasil, 2016.

ROLNIK, R. **São Paulo.** São Paulo: Publifolha, 2001.

SUNDARARAJAN, A. **The Sharing Economy: the end of employment and the rise-based capitalism.** Cambridge, MA: The Mit Press, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

SARA SUCENA é arquitecta (1994) e Mestre em Projecto e Planeamento em Ambiente Urbano (1998), pela Universidade do Porto (Portugal), e Doutor em Urbanismo (2011), pela Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha). Lecciona, desde 2000, no Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, onde é Professora Auxiliar, coordenando a área científica de Urbanismo. No contexto editorial, integra o Conselho Científico da Revista de Arquitectura e Urbanismo “A Obra Nasce”, sendo um dos seus co-editores permanentes. Enquanto investigadora, é membro integrado do “Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo” da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e colaboradora no “Laboratório de Estudos e Projectos” da Universidade Fernando Pessoa. Como arquitecta, exerceu a profissão em regime liberal até 2008, especialmente no âmbito do Planeamento Municipal. Actua em particular na área de Urbanismo, com especial interesse no planeamento, evolução e morfologia(s) da cidade contemporânea.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actividad antrópica 2, 18, 33, 35, 36, 37, 38

Ambiente 12, 20, 21, 38, 40, 42, 49, 55, 56, 65, 71, 81, 87, 90, 93, 98, 107, 108, 110, 134, 147, 153

Amenaza 2, 10, 21, 22, 35, 36, 37, 38, 39

Análise urbana 134, 138, 146

Arquitectura 96, 110, 111, 134, 137, 138, 142, 143, 144, 149, 163, 164, 165, 170

C

Caminhabilidade 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84

Caminhadas 70, 72, 74, 79, 83, 84

Campus universitário 70, 71, 72,

Construcciones 114, 163, 164, 165, 168, 169, 171

D

Desarrollo personal 112, 117, 118, 120

Desarrollo urbano 112, 113, 153, 154, 156

Desenho ambiental 70

E

Economia compartilhada 121, 127

Erosión hídrica 1, 2, 4, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19

Esgoto 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 127

Espacio público 98, 99, 102, 109, 150

Éxito 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120

F

Forma urbana y abandono de viviendas 96

G

Geoprocessamento 57, 59, 61, 62, 68

Gestión 150, 153, 154, 155, 156, 159, 162, 163, 164

H

Hipertexto 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149

Historia 5, 25, 39, 40, 68, 141, 164, 168, 169, 170, 171

I

Ingeniería 40, 163, 164, 165

M

Movilidad residencial 112, 113, 115

Movimientos en masa 1, 2, 3, 4, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40

P

Paisagem Urbana 89, 134

Passeios públicos 83

Pedestres 72, 73, 74, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94

Planeamento Urbano 134

Planeamiento 149, 150

Planejamento ambiental 57, 58, 63, 64, 68

Procesos exógenos 21

Proyecto urbano 150

Purificação 41

R

Recursos compartilhados 121, 125, 126, 127, 129, 130

Reflexiones 163, 164, 165, 169

Remoção 41, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56

Revitalización 150, 153, 155, 162

Riesgo 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 35, 37, 38, 39

S

Sensoriamento 57, 58, 59, 61

Sustentabilidade 41, 131

T

Tandilia 21, 22, 24, 25, 28, 39, 40

U

Urbanização 58, 64, 121, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Urbanização contemporânea 134, 138, 146

Usos y costumbres 96, 102, 105, 109

V

Vivienda propia 112, 114, 115, 116, 117

Z

Zoogeomorfología 2



**EDITORA
ARTEMIS**